



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO CÉU – GO
CNPJ: 24.859.332/0001-94

O Trabalho Continua – Admin. 2025-2028

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de material Hidráulico, para manutenção do Abastecimento e Distribuição de Água Público e Esgotamento Sanitário de Chapadão do Céu, conforme discriminação, especificações e quantidades abaixo.

1.2. A contratação será realizada na modalidade de Dispensa de Licitação com fundamento no Art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES

2.1. O objeto a ser executado pela empresa contratada deverá observar as seguintes especificações técnicas:

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade
01	KIT CAVALETE PP PARA HIDROMETRO $\frac{3}{4}$ (PADRÃO SANEAGO – P 2) Classe de pressão: 100mc (conforme NBR 11304) NA COR PRETA – CONTENDO: (1) COTOVELO PP C/ ADAPTADOR PEAD 20MM – 45° ROSCA FEMEA C/1 REFORÇO METÁLICO (1) CORPO TUBO ALETADO DE ENTRADA DE 470 MM E, (1) CORPO TUBO ALETADO DE SAIDA DE 470 MM PP – ESPECIAL RR $\frac{3}{4}$: (2) COTOVELO 90° PP ROSCÁVEL R/R DE “ $\frac{3}{4}$ ” PP COM REFORÇO METÁLICO “ANILHA METALICA” NAS EXTREMIDADES EXTERIOR (1) REGISTRO MODELO "T" PP PARA HIDRÔMETRO RI X PEAD REGISTRO TIPO INVIO LAVEL COM ROSCA PORCA FEMEA ROSCAVEL	UN	38



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO CÉU – GO
CNPJ: 24.859.332/0001-94

O Trabalho Continua – Admin. 2025-2028

	(2) CONJUNTO ANEL DE VEDAÇÃO, PORCA/, TUBETE CURTO/CURTO $\frac{3}{4}$ E PORCA COM BUCHA DE LATÃO (1) TUBO ESPAÇADOR DO HIDROMETRO PP 190MM (2) FITA VEDA ROSCA 18MMX25M “MARCA DE REFERÊNCIA “POLIERG” OU DE QUALIDADE E DESEMPENHO SIMILAR OU SUPERIOR.		
02	HIDROMETRO VELOCIMETRICO MULTIJATO PARA ÁGUA FRIA: CLASSE METROLÓGICA B-H: COMPRIMENTO 190MM: DIAMETRO NOMINAL DE $\frac{3}{4}$ ”(DN 20): VAZÃO NOMINAL DE 1,5 M ³ /H: VAZÃO MÁXIMA DE 3,0 M ³ /H: VAZÃO DE TRANSIÇÃO DE 120 L/H: VAZÃO MINIMA DE 30 L/H: INICIO DE FUNCIONAMENTO DE 7 L/H: RELOJOARIA INCLINADA 45°: CÚPULA DE VIDRO TEMPERADO: TRANSMISSÃO MAGNÉTICA: BLINDAGEM MAGNETICA: RELOJOARIA TIPO SECA(IP68): BUJÃO EM LATÃO: FILTRO INTEGRADO NA ENTRADA DO MEDIDOR: TEMPERATURA MÁXIMA DE TRABALHO 40°C: PRESSÃO MÁXIMA DE TRABALHO 10 BAR: SETA INDICATIVA DE FLUXO GRAVADA EM ALTO RELEVO NA CARCAÇA: SEM CONEXÃO; CARCAÇA FABRICADA EM LIGA DE LATÃO, COM NO MINIMO 60% DE COBRE: CARCAÇA COM PINTURA EPÓXI NA COR AZUL: APROVAÇÃO DE	UN	132



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO CÉU – GO
CNPJ: 24.859.332/0001-94

O Trabalho Continua – Admin. 2025-2028

MODELO JUNTO AO INMETRO: INDICE DE DESEMPENHO DA MEDIÇÃO(IDM) MINIMO DE 92%: FABRICAÇÃO E ENSAIOS DE ACORDO COM TODAS AS NORMAS/PORTARIAS VIGENTES 246:2000, NBR 5456:1985, NBR 8194:2015, NBR NM 212:1999: CERTIFICAÇÃO ISO 9001: 2012 E ABNT NBR ISSO/IEC 17025		
--	--	--

2.2. Todos os itens deverão atender integralmente às **normas técnicas vigentes da ABNT, NBR e INMETRO**, garantindo **segurança, durabilidade e eficiência operacional**. As especificações aqui descritas visam assegurar a padronização dos materiais utilizados pela Saneacéu, compatibilidade com os sistemas já instalados e o atendimento aos requisitos de qualidade e desempenho exigidos para os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município

2.3. A indicação da marca de referência “Polierg” justifica-se pela necessidade de padronização das instalações executadas pela Saneacéu, garantindo compatibilidade técnica e operacional com os equipamentos já implantados nos sistemas de abastecimento e medição.

O uso de marca de referência tem como objetivo assegurar que os materiais adquiridos mantenham o mesmo padrão de qualidade, resistência, funcionalidade e desempenho exigidos nas rotinas de manutenção e operação do sistema público.

Admite-se, contudo, a utilização de outras marcas que apresentem qualidade e desempenho similar ou superior, desde que cumpram integralmente as especificações técnicas do item e apresentem robustez estrutural, resistência mecânica e térmica, durabilidade comprovada, estanqueidade, facilidade de montagem e manutenção, compatibilidade dimensional e confiabilidade no desempenho hidráulico.

Essa padronização contribui para a redução de falhas operacionais, otimização do estoque de peças de reposição, maior segurança nas conexões, além de garantir uniformidade técnica e eficiência nos serviços prestados pela Autarquia.

3. DA JUSTIFICATIVA

A presente dispensa de licitação tem por objetivo a aquisição de materiais hidráulicos de uso essencial e contínuo, destinados à manutenção e ampliação dos sistemas públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município de Chapadão do Céu, sob responsabilidade da Saneacéu.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO CÉU – GO
CNPJ: 24.859.332/0001-94

O Trabalho Continua – Admin. 2025-2028

A contratação é necessária para garantir a continuidade dos serviços públicos essenciais, assegurando a execução das rotinas operacionais e evitando o desabastecimento de materiais indispensáveis para as equipes técnicas.

Os materiais em questão (hidrômetros e kits cavaletes) são utilizados diariamente nas atividades de instalação, substituição e regularização de ligações de água, motivo pelo qual a manutenção de estoque adequado é condição indispensável para o funcionamento ininterrupto do sistema.

Ressalta-se ainda que, no curto prazo, está prevista a instalação de 34 kits cavaletes e 34 hidrômetros destinados às unidades habitacionais da AGEHAB, o que reforça a urgência da reposição e justifica a abertura da presente dispensa.

A aquisição planejada busca manter um estoque para dois meses de operação. Além disso, a presente contratação visa evitar o fracionamento de licitação, uma vez que os materiais aqui descritos integram o escopo de um processo licitatório em andamento, cujo objeto encontra-se temporariamente suspenso para correções técnicas. Assim, a aquisição emergencial e pontual por dispensa se justifica para atender à demanda imediata e garantir a regularidade dos serviços até a conclusão do certame principal.

3.1. JUSTIFICATIVA DA QUANTIDADE

A presente dispensa de licitação tem por objetivo a **aquisição de materiais hidráulicos essenciais** à manutenção e operação dos sistemas públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município de Chapadão do Céu, sob responsabilidade da Saneacéu.

3.1.1. Hidrômetros

O levantamento de consumo realizado nos últimos 10 (dez) meses do exercício de 2025 indicou a seguinte utilização:

- Substituições de hidrômetros: **454 unidades**
- Novas instalações: **245 unidades**
- Total utilizado: $454 + 245 = 699$ **unidades**
- Média mensal: $699 \div 10 = 69,9$ **unidades/mês**

Com base nessa média, estimou-se a necessidade de **2 meses de operação**:

- $69,9 \times 2 = 139,8$ **unidades**

Somando-se a **demandas específica das 34 unidades da AGEHAB**, totaliza:

- $139,8 + 34 = 173,8$ **unidades**



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO CÉU – GO
CNPJ: 24.859.332/0001-94

O Trabalho Continua – Admin. 2025-2028

Aplicando-se uma **margem de segurança de 10%** para cobrir eventuais imprevistos:

- $173,8 \times 1,10 = 191,18$ **unidades**, arredondando para **192 unidades**

Por fim, considerando o estoque atual de **60 hidrômetros**, tem-se:

- $192 - 60 = 132$ **unidades**

→ Quantidade final de hidrômetros a adquirir: **132 unidades**.

3.1.2. Kits Cavaletes

A necessidade de aquisição dos **kits cavaletes** decorre, principalmente, da **instalação das 34 novas ligações da AGEHAB**, às quais serão destinados kits completos de ligação, incluindo peças e acessórios.

Aplicando o **acréscimo de 10%** para atender possíveis substituições ou ajustes durante a execução:

- $34 \times 1,10 = 37,4$ **unidades**, arredondando para **38 unidades**

4. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

4.1. O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas, conforme as normas de Dispensa de Licitação fundamentados nos do Art. 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

“Art. 75. É dispensável a licitação:

[...]

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

[...]”

5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

5.1. Os bens/serviços a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133, de 2021.

6. MÉTODO E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

6.1. Local de Entrega: Os itens deste instrumento deverão ser entregues no na sede desse órgão, que está localizado na Rua Cetus Sul, s/n, Q 18 Bairro Nova Esperança, Cep 75828-000 – Chapadão do Céu-GO; A entrega deverá ocorrer em dias úteis, no horário de expediente da Secretaria, De Segunda-Feira a



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO CÉU – GO
CNPJ: 24.859.332/0001-94

O Trabalho Continua – Admin. 2025-2028

Sexta-Feira das 08:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas;

6.2.Prazos e Condições: O fornecimento dos bens seguirá os seguintes prazos, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento:

6.2.1. O prazo para entrega será de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento.

7. DA GARANTIA

7.1. O fornecedor deve comprometer-se com uma garantia de qualidade, obrigando-se a corrigir, sem ônus adicional, qualquer divergência com as especificações definidas.

8. DA AVALIAÇÃO DO CUSTO

8.1. O custo estimado para a aquisição do objeto é de **R\$ 35.322,13 (trinta e cinco mil, trezentos e vinte e dois reais e treze centavos)**, foi mensurado a partir de uma cesta de preços, utilizando fornecedores da região e/ou pesquisa em compras públicas utilizando um portal de preços públicos.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1.Execução Fiel do Objeto: A Contratada deve executar o objeto contratado em estrita conformidade com as especificações, prazos e condições estabelecidas no contrato e no Termo de Referência.

9.2.Qualidade dos Materiais e Serviços: A Contratada deve garantir que todos os materiais fornecidos e serviços prestados estejam em conformidade com os padrões de qualidade exigidos e de acordo com as normas técnicas aplicáveis. Qualquer material ou serviço que não atenda a essas exigências deverão ser substituídas sem ônus adicional para a Contratante.

9.3.Cumprimento de Prazos: A Contratada deve cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos para a entrega dos materiais e execução dos serviços, estando sujeita a penalidades em caso de atraso, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.4.Regularidade Fiscal e Trabalhista: A Contratada deve manter-se regular perante as obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas durante toda a vigência do contrato. A apresentação das certidões negativas ou positivas com efeito de negativa será exigida como condição para a realização de pagamentos.

9.5.Responsabilidade por Tributos e Encargos: A Contratada é responsável pelo recolhimento de todos os tributos, contribuições e encargos trabalhistas, previdenciários e securitários decorrentes da execução do contrato.

9.6.Responsabilidade por Danos: A Contratada é responsável por quaisquer danos causados à Contratante ou a terceiros em decorrência da execução do contrato, devendo reparar integralmente os prejuízos ocasionados.

9.7.Comunicação de Ocorrências: A Contratada deve comunicar imediatamente à Contratante qualquer fato ou situação que possa comprometer a execução do



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO CÉU – GO
CNPJ: 24.859.332/0001-94

O Trabalho Continua – Admin. 2025-2028

contrato, incluindo dificuldades na obtenção de insumos, questões logísticas, ou problemas técnicos.

9.8. Subcontratação: A subcontratação, total ou parcial, do objeto contratado só será permitida mediante autorização expressa da Contratante e desde que esteja prevista no contrato, conforme os termos da Lei nº 14.133/2021.

9.9. Sigilo e Confidencialidade: A Contratada deve manter sigilo sobre todas as informações e documentos que tiver acesso em decorrência do contrato, sendo vedada sua divulgação sem a prévia autorização por escrito da Contratante.

9.10. Compliance com Normas de Segurança e Saúde: A Contratada deve assegurar que todos os empregados e terceiros envolvidos na execução do contrato cumpram as normas de segurança e saúde no trabalho, adotando todas as medidas necessárias para prevenir acidentes e doenças ocupacionais.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Disponibilização de Informações e Documentos: A Contratante deve fornecer à Contratada todas as informações, documentos e recursos necessários para a execução do objeto contratado, de forma tempestiva, garantindo que não haja interrupções ou atrasos no cumprimento das obrigações contratuais.

10.2. Fiscalização e Acompanhamento: A Contratante deve promover a fiscalização contínua da execução do contrato, por meio de um gestor ou fiscal designado, que deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências e decisões tomadas. A Contratante tem o direito de exigir a substituição de materiais ou correção de serviços que não atendam às especificações contratuais.

10.3. Cumprimento de Prazos de Pagamento: A Contratante deve efetuar os pagamentos devidos à Contratada dentro dos prazos estabelecidos no contrato, desde que preenchidas as condições contratuais e legais, como a apresentação das certidões e notas fiscais válidas.

10.4. Notificação Formal: A Contratante deve notificar formalmente a Contratada sobre quaisquer irregularidades, defeitos ou descumprimentos verificados na execução do contrato, dando-lhe prazo para correção, conforme estipulado na legislação aplicável.

10.5. Aplicação de Penalidades: A Contratante deve aplicar as sanções previstas no contrato e na Lei nº 14.133/2021, em caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, garantindo sempre o direito ao contraditório e à ampla defesa.

10.6. Fornecimento de Infraestrutura e Apoio: Quando aplicável, a Contratante deve garantir que a Contratada tenha acesso à infraestrutura necessária para a execução do contrato, como áreas de trabalho, energia, e comunicação, de acordo com as especificações contratuais.

10.7. Rescisão Contratual: A Contratante tem o direito de rescindir o contrato unilateralmente, em caso de descumprimento das obrigações contratuais pela Contratada, conforme os termos e condições previstos na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

10.8. Garantia de Transparência: A Contratante deve garantir que todos os atos relacionados à execução do contrato sejam realizados com transparência e publicidade, conforme os princípios da administração pública, assegurando o acesso às informações por parte dos órgãos de controle e da sociedade.



11. MEDIDAS ACAUTELADORAS

11.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Secretaria Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

12. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

12.1. A contratante promoverá, por intermédio do fiscal de Contratos, o acompanhamento e a fiscalização do produto adquirido pela contratante sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à Contratada as ocorrências de qualquer fato que exija medidas por parte desta, ficando determinado que Pablo Oliveira Castro, servidor, seja Fiscal do Contrato.

13. DA FORMA DE PAGAMENTO

13.1. Condições de Pagamento: O pagamento à Contratada será realizado pela Contratante em até 30 (trinta) dias corridos após a compensação realizada, de forma mensal, conforme valor indicado na nota fiscal correspondente. O pagamento estará condicionado à comprovação do cumprimento integral das obrigações contratuais, especialmente no que se refere à qualidade e à conformidade dos bens ou serviços entregues para o período

13.2. Documentação Necessária:

13.2.1. Para a liberação do pagamento, a Contratada deverá apresentar à Contratante:

- Nota Fiscal devidamente emitida em nome da Contratante, contendo a descrição precisa dos bens ou serviços fornecidos, número do contrato, e demais informações fiscais obrigatórias;
- Certidões Negativas ou Positivas com efeito de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Municipais, Estaduais e Federais;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- Certidão de Regularidade do FGTS;
- Comprovante de regularidade quanto às contribuições devidas à Seguridade Social.

13.3. Forma de Pagamento:

13.3.1. O pagamento será efetuado por meio de transferência bancária para a conta corrente da Contratada, devidamente indicada no contrato. A Contratada deve garantir que a conta indicada esteja em seu nome e seja mantida em instituição financeira reconhecida.

13.3.2. O pagamento só será considerado efetuado quando o valor correspondente for creditado na conta bancária da Contratada.

13.4. Disposições Gerais:



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO CÉU – GO
CNPJ: 24.859.332/0001-94

O Trabalho Continua – Admin. 2025-2028

13.4.1. Todos os pagamentos efetuados não implicam na quitação automática do contrato, permanecendo a Contratada responsável por eventuais defeitos ou vícios ocultos que possam ser detectados posteriormente.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, ou pelo descumprimento de qualquer das obrigações assumidas, a CONTRATADA ficará sujeita, garantido o prévio processo administrativo, com direito ao contraditório e à ampla defesa, às sanções previstas nos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 148/2023, conforme detalhado a seguir:

14.2. Advertência: Será aplicada por escrito nas hipóteses de:

14.2.1. Descumprimento de pequena relevância de obrigação legal ou infração à Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a aplicação de sanção mais grave (Art. 7º, I, do Decreto Municipal nº 148/2023);

14.2.2. Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar a aplicação de sanção mais grave (Art. 7º, II, do Decreto Municipal nº 148/2023).

14.3. Multa: A sanção de multa, que poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, observará os seguintes parâmetros:

14.3.1. Multa Moratória: Pelo atraso injustificado na execução do objeto, será aplicada multa de **0,5% (meio por cento)** ao dia, calculada sobre o valor da parcela em atraso ou sobre o valor total do contrato, a depender do prejuízo gerado à Administração, limitada a **15 (quinze) dias** de atraso.

14.3.1.1. O atraso superior a **15 (quinze) dias** poderá caracterizar inexecução total do contrato, sujeitando a CONTRATADA às sanções correspondentes, sem prejuízo da cobrança da multa moratória já incorrida.

14.3.2. Multa Compensatória: Pela inexecução parcial ou total do contrato, será aplicada multa de até **30% (trinta por cento)** calculada sobre o valor da parte inadimplida ou sobre o valor global do contrato, conforme a gravidade da infração.

14.3.3. A soma das multas aplicadas não poderá ser inferior a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, conforme Art. 8º do Decreto Municipal nº 148/2023.

14.3.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (Art. 156 § 8º lei 14.133/2021).

14.4. Impedimento de Licitar e Contratar: A CONTRATADA será impedida de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Município de Chapadão do Céu - GO, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando:

14.4.1. Der causa à inexecução parcial do contrato que supere a gravidade prevista para a sanção de advertência ou que cause grave dano à Administração, ao



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO CÉU – GO
CNPJ: 24.859.332/0001-94

O Trabalho Continua – Admin. 2025-2028

- funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo (Art. 9º, I, do Decreto Municipal nº 148/2023);
- 14.4.2.** Der causa à inexecução total do contrato (Art. 9º, II, do Decreto Municipal nº 148/2023);
- 14.4.3.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não manter a proposta, salvo fato superveniente devidamente justificado (Art. 9º, III e IV, do Decreto Municipal nº 148/2023);
- 14.4.4.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta (Art. 9º, V, do Decreto Municipal nº 148/2023);
- 14.4.5.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado (Art. 9º, VI, do Decreto Municipal nº 148/2023).
- 14.5. Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar:** Será declarada a inidoneidade da CONTRATADA para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, em todos os níveis federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, nas hipóteses previstas no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.
- 14.6. Procedimento:** A apuração da responsabilidade se dará em processo administrativo simplificado, nos termos dos Arts. 12 e 13 do Decreto Municipal nº 148/2023, no qual a CONTRATADA será intimada para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, apresentar justificativa. A rejeição da justificativa pelo Gestor do Contrato poderá ensejar a instauração do processo administrativo para apuração de sanção.
- 14.7.** As sanções previstas nesta cláusula poderão ser aplicadas de forma cumulativa, e sua aplicação não exime a CONTRATADA da obrigação de reparar integralmente os danos e prejuízos causados à Administração.

15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 15.1.** As despesas decorrentes da aquisição correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

09.17.512.6004.2.041 – MANUTENCAO DA SANEACÉU3.3.90.30.00-100 MATERIAL DE CONSUMO Fonte de Recurso: 100 – Recursos Ordinários.

16. DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO

16.1. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- 16.1.1. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal:** - Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa, emitida pela Receita Federal do Brasil.
- 16.1.2. Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual:** - Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Estaduais do domicílio ou sede da Contratada.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO CÉU – GO
CNPJ: 24.859.332/0001-94

O Trabalho Continua – Admin. 2025-2028

- 16.1.3. Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal:** - Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Municipais do domicílio ou sede da Contratada.
- 16.1.4. Prova de Regularidade com o FGTS:** - Certificado de Regularidade de Situação junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitido pela Caixa Econômica Federal.
- 16.1.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT):** - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, ou Positiva com Efeito de Negativa, demonstrando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.
- 16.2. Documentos auxiliares:**
- 16.2.1. Declaração de Quadro Societário:** em anexo a publicação deste processo.

17. DOS RECEBIMENTOS DAS PROPOSTAS

17.1. Prazo para Envio de Propostas:

- 17.1.1.** Os interessados terão o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de publicação deste Termo de Referência, para o envio de suas propostas.

17.2. Formas de Submissão das Propostas:

- 17.2.1.** As propostas poderão ser enviadas por meio das seguintes formas:

- **Pessoalmente:** As propostas poderão ser entregues no Setor de Compras Central da Prefeitura Municipal de Chapadão do Céu – GO, localizado na Av. Ema, s/n, Qd. 51, Centro, no horário das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira.
- **E-mail:** As propostas também poderão ser enviadas pelo e-mail compras.admin@chapadaodoceu.go.gov.br, devendo o interessado garantir o envio da proposta dentro do prazo estipulado.
- **Portal do Fornecedor:** Alternativamente, os interessados poderão enviar suas propostas por meio do Portal do Fornecedor, acessando o site <https://go.centi.com.br/chapadaodoceu/portalfornecedor/#/login>. O cadastro no portal e a submissão eletrônica das propostas devem ser realizados dentro do prazo estipulado.

17.3. Informações Adicionais:

- 17.3.1. Telefone:** Informações adicionais sobre o processo de envio de propostas poderão ser obtidas pelo telefone (64) 3634-1228 e via WhatsApp (64) 98443-5123.

Para maiores informações, os interessados poderão se dirigir ao Setor de Compras Central, no horário de expediente mencionado, ou entrar em contato através dos meios de comunicação mencionados no subitem anterior.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO CÉU – GO
CNPJ: 24.859.332/0001-94

O Trabalho Continua – Admin. 2025-2028



Documento assinado digitalmente
PABLO OLIVEIRA CASTRO
Data: 12/11/2025 15:04:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Pablo Oliveira Castro
CPF nº: 055.006.631-43

☎ 64 3634-1228

📍 Av. Ema s/nº, Centro – CEP: 75828-000
Chapadão do Céu - GO

www.chapadaodoceu.go.gov.br